

<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>	A.D	M.M	Revisão
Interpretação de texto.			
Argumentação.			
Pressupostos e subentendidos.			
Níveis de linguagem.			
Articulação do texto: coesão e coerência.			
Termos da oração.			
Processos de coordenação e subordinação.			
Discurso direto e indireto.			
Tempos, modos e vozes verbais.			
Classes de palavras. Flexão nominal e verbal.			
Concordância nominal e verbal.			
Ocorrência da Crase.			
Ortografia e acentuação.			
Pontuação.			
Equivalência e transformação de estruturas.			
Redação.			
<b>RACIOCÍNIO LÓGICO</b>	A.D	M.M	Revisão
Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação);			
expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.			
Frações e operações com frações.			
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.			
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;			
Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.			
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.			
Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas			
<b>NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	A.D	M.M	Revisão
(Resolução CNJ nº 230/2016 - art. 19): Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência			
(Lei nº 13.146/2015;			
Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal)			
Constituição Federal			
Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).			
Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).			
Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991).			
Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).			

<b>REGIMENTO INTERNO</b>	A.D	M.M	Revisão
Regimento Interno do TST: Aprovado pela Resolução Administrativa nº 1295/2008 com alterações dos Atos Regimentais nos 1/2011, 2/2011 e 3/2012			
Emendas Regimentais nos 1/2011, 2/2011 e 3/2012 - arts. 1º a 44; 58 a 69; 73 a 75; 284 a 307			
<b>NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	A.D	M.M	Revisão
Princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; da nacionalidade; dos direitos políticos; dos partidos políticos.			
Organização políticoadministrativa: das competências da União, Estados e Municípios.			
Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.			
Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do presidente da república.			
Poder Legislativo: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.			
Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça:			
Organização e Competência; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho:			
Organização e Competência; Do Tribunal Superior do Trabalho, Dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.			
Funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.			
<b>NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	A.D	M.M	Revisão
Princípios básicos da Administração Pública.			
Administração direta e indireta.			
Órgãos públicos.			
Agentes Públicos.			
Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo.			
Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos.			
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112/90 com alterações posteriores.			
Provimento.			
Vacância.			
Direitos e Vantagens.			
Dos deveres			
Das proibições.			
Da acumulação.			
Das responsabilidades			
Das penalidades			
Do processo administrativo disciplinar e sua revisão.			
Licitação e contratos administrativos: Lei nº 8.666/93 com alterações posteriores: Dos princípios.			
Modalidades			

Contratos.			
Execução.			
Inexecução e da rescisão.			
Sanções			
Lei nº 10.520/02: Do pregão.			
Processo administrativo (Lei nº 9.784/99).			
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).			
<b>NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO</b>			
Princípios e fontes do Direito do Trabalho.			
Hierarquia das fontes.			
Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/88).			
Relação de trabalho e da relação de emprego: características e diferenciação.			
Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização.			
Grupo econômico e suas implicações no contrato de trabalho; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária.			
Terceirização e flexibilização.			
Contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.			
Alteração do contrato de trabalho: princípio informador; alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.			
Suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção; hipóteses de suspensão e de interrupção do contrato de trabalho.			
Hipóteses de rescisão do contrato de trabalho			
Aviso prévio: prazo e efeitos no contrato de trabalho.			
Jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário.			
Salárimínimo; irredutibilidade e garantia.			
Férias: do direito a férias e da sua duração; período concessivo e período aquisitivo de férias; da remuneração e do abono de férias.			
Salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; adicionais salariais; 13º salário.			
Prescrição e decadência: conceito, características, distinção e prazos.			
FGTS			
Segurança e medicina no trabalho: das atividades perigosas ou insalubres. Da proteção ao trabalho do menor.			
Estatuto da Criança e do Adolescente.			
Proteção ao trabalho da mulher; da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.			
Direito coletivo do trabalho: organização sindical.			
Liberdade sindical (Convenção 87 da OIT); conceito de categoria e categoria diferenciada; das convenções e acordos coletivos de trabalho.			
Comissões de Conciliação Prévia.			
Representação dos empregados			
Renúncia e transação.			

<b>NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DE TRABALHO</b>			
Fontes de Direito Processual do Trabalho			
Justiça do Trabalho: organização e competência (EC 45/2004).			
Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho: jurisdição e competência.			
Tribunal Superior do Trabalho: competência e composição.			
Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho e dos distribuidores.			
Processo judiciário do trabalho: princípios específicos do processo do trabalho.			
Aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho. Audiência trabalhista: da instrução e julgamento; provas testemunhais, documentais e periciais.			
Procedimento ordinário e procedimento sumaríssimo.			
Recursos no processo do trabalho: espécies e prazos.			
Execução: iniciativa da execução; execução provisória; execução contra a fazenda pública; execução contra a massa falida.			
Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis.			
Embargos à execução; impugnação à sentença; embargos de terceiro.			
Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.			
Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico.			
Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.			
<b>Noções de Orçamento Público</b>			
	A.D	M.M	Revisão
Princípios Orçamentários.			
Orçamento na Constituição Federal: arts. 165 a 169. Lei nº 4.320/1964:			
exercício financeiro; despesa pública (empenho, liquidação, pagamento); créditos adicionais; restos a pagar; suprimento de fundos			